



O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES NO BRASIL



Monografia submetida como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no curso de Ciências Econômicas do Departamento de Ciências Econômicas e Exatas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Três Rios, sob a orientação do Professor Cid de Oliva Botelho Júnior.

TRÊS RIOS/RJ

JUNHO 2015.



O tema central deste trabalho é o Processo de Substituição de Importações no Brasil. Seu objetivo é analisar o período e os mecanismos que tornaram possível a instituição da industrialização no país, tendo como ponto de partida basicamente o ano de 1930. Levaremos em conta a Crise Mundial de 1929, um fator importante que fez com que houvesse a restrição externa e que essa restrição externa foi o que possibilitou, inicialmente, a industrialização não só do Brasil como de outros países da América Latina. Passaremos, também, pela Segunda Guerra Mundial e como ela contribuiu para o processo. A presença maciça do Estado na economia também contribuiu através dos planos de promoção do desenvolvimento/crescimento econômico, com incentivos à indústria nacional e defesa da economia interna frente à restrição externa. Mostraremos os resultados do Processo de Substituição de Importações e qual a sua importância na economia brasileira. Apontaremos, também, o contraponto de Maria da Conceição Tavares, que põe em xeque a sua teoria apresentada anteriormente.



Figura 1: Evolução das Importações 1929-1960.....	10
Tabela 1: Valor da produção industrial.....	19
Tabela 2: Brasil, População e PIB de 1934 a 1962.....	22
Tabela 3: População urbana e rural grandes regiões 1940-1970.....	32
Figura 2: PIB – variação em volume 1948-1979.....	33

í.....	05
í	
1.1 - Produção Interna X Produção Externa numa economia primária.....	07
1.2 - Mecanismo de defesa.....	08
1.3 – Comportamento das Importações.....	09
1.4 - Fases do Processo.....	12
í	
2.1 - Importações em 1929.....	15
2.2 - Grupos de Bens.....	15
2.3 - Papel do Estado.....	20
2.4 - Fases de Expansão e Planos de Crescimento/Desenvolvimento.....	22
2.5 - II PND e o fim do processo.....	29
í	
3.1 - Transformação estrutural brasileira.....	31
3.2 – PIB e Problemas do Processo.....	33
3.3 - A nova interpretação de Tavares.....	35
Conclusão.....	39
í.....	40



O presente trabalho foi elaborado em três capítulos com o intuito de analisar como se deu o Processo de Substituições de Importação no Brasil, o que ocorreu historicamente que tornou possível a sua realização e quais foram os resultados mais importantes para a economia nacional.

No capítulo I, abordaremos a parte histórica do processo, ou seja, o que aconteceu na história do Brasil e do mundo que permitiu que o Processo de Substituição de Importações acontecesse, utilizando como ponto de partida a Crise Econômica Mundial de 1929 e seus efeitos para o mercado interno do nosso país.

Para isso, utilizaremos como referência o trabalho de autores como Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, a principal referência sobre o assunto.

Começaremos abordando a produção primário-exportadora de café e como isso ajudou a economia industrial a se firmar no país. A acumulação de capital gerada no café possibilitou não somente a instalação da indústria no país, mas também os meios necessários à sua continuidade no início. Apontaremos também a extrema dependência do setor externo, típica de uma economia subdesenvolvida e como isso proporcionou, levando em conta o aproveitamento da capacidade ociosa existente no país, após o ano de 1930, o início do processo de substituição de importações.

No capítulo II, apresentaremos o processo em si, como ele ocorreu de fato, quais foram os mecanismos que tornaram possíveis e até quando ele durou. Para isso, falaremos de períodos como a Segunda Guerra Mundial, um marco importante para o processo de industrialização no Brasil, que causou uma restrição externa que foi necessária à expansão da indústria nacional; os planos de aceleração do crescimento/desenvolvimento, como o Plano de Metas de Juscelino Kubstichek, que causou uma grande expansão dos investimentos no país; o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que apesar de não ter dado certo, preparou o terreno para uma etapa de expansão muito importante; Milagre Econômico, que proporcionou altas taxas de crescimento ao país e o II PND; considerado o último passo da industrialização por substituição de importações.

No capítulo III, abordaremos os resultados do processo de substituição de importações, bem como as modificações causadas nas estruturas política, social e econômica do país. Será possível perceber que como consequência do processo temos o êxodo rural, pois houve, no período, um crescimento maciço da população urbana e declínio da rural, fruto da

industrialização e maior oferta de postos de trabalho; modificações de cunho político e a instauração de um processo democrático; e de caráter econômico como crescimento do PIB, crescimento da renda da população entre outros.

Mostraremos, também, a nova tese de Maria da Conceição Tavares que coloca fim à sua própria teoria anterior de que o processo de substituição de importações ocorreu com base na restrição externa. O processo de industrialização brasileiro começou muito antes de 1930, já na economia cafeeira, economia esta que constituiu as bases para o Processo de Substituição de Importações.

A metodologia de pesquisa utilizada foi leitura bibliográfica, enriquecida com a pesquisa de dados.

“

1 —■

Em países como o Brasil, onde houve uma clara separação entre o que era produzido para o mercado interno e o que era produzido para exportar, característica essa de economias primário-exportadoras, a participação do setor externo na formação da renda nacional foi relevante. As exportações eram variáveis exógenas importantes para o Produto Interno Bruto (PIB) e tidas como o centro dinâmico de toda a economia. Já as importações constituíam elemento crucial para o suprimento de vários tipos de bens necessários ao atendimento da demanda interna.

O Brasil, como economia primária, tinha como característica a dependência do setor externo e a vulnerabilidade às flutuações das economias centrais, cujos efeitos eram sentidos quase que em sua totalidade no nosso país.

Para Furtado (2007), a principal característica de uma economia primária é a presença de um ou dois produtos no máximo que predominam na pauta de exportações. Não há diversificação da pauta e a natureza da atividade exportadora dentro de cada país dependia, em suma, do processo produtivo de bens primários e de seu efeito sobre a multiplicação e distribuição de renda no mercado interno.

Nessas economias, o funcionamento das importações também era diferente. Em países já desenvolvidos na época, a importação servia basicamente para suprir a necessidade de matérias-primas e alimentos que os seus recursos naturais não eram capazes de fornecer. Já nas economias primárias, as importações eram capazes de cobrir faixas inteiras de bens de consumo final e os bens de capital em sua quase totalidade.

Segundo Furtado (2007), o caráter primário-exportador da economia brasileira nos primeiros 30 anos do século XX teve sua principal característica alterada quando houve a eclosão da crise de 1929. No Brasil, o produto que apresentava uma maior representatividade no mercado internacional era o café, por falta de outra alternativa de investimento.

Os produtores de café brasileiros se encontravam em situação de destaque entre os produtores de artigos primários, pois com a possibilidade de controle de aproximadamente setenta e cinco por cento da oferta mundial do produto devido a condições excepcionais de cultivo do produto no país, foi possível contrair artificialmente a oferta, ou seja, tirar parte da

produção do mercado para se proteger das baixas nos preços, porém, era visível que esse mecanismo traria, mais cedo ou mais tarde, problemas sérios para o Brasil.

2.1

A defesa dos níveis de produção e do equilíbrio entre a oferta e demanda do café advindos do Convênio de Taubaté¹ acabaram, de uma forma ou de outra, surtindo efeitos positivos entre os produtores de café. Nota-se, com base no estado de consumo dos países desenvolvidos, que a demanda por café possui baixa elasticidade em relação à renda, ou seja, mesmo que a renda real desses consumidores aumentasse, o consumo do produto se mantinha estável. A única solução viável, portanto, era retirar do mercado parte dos estoques para que a oferta não se elevasse acima da demanda e por consequência os preços continuassem mais ou menos constantes.

Apesar disso, Furtado (2007) expõe que o problema ainda existia, pois se mantinham constantes os preços e, evidentemente, os lucros continuavam elevados. Com isso, invertia-se mais ainda no setor pressionando a oferta cada vez mais. Dessa forma, a política de defesa da renda que mantinha os lucros do setor cafeeiro era também responsável por um desequilíbrio externo que tendia a ser cada vez mais aprofundado.

Em face da política de defesa da produção de café, a produção deste cresceu quase cem por cento entre 1925 e 1929, o que revelava a enorme quantidade de plantações realizadas numa etapa anterior. O problema é que enquanto aumentava a produção, a quantidade exportada manteve-se praticamente estável no período. A manutenção da retenção da oferta foi capaz de manter elevados os preços no mercado, o que possibilitou lucros elevados aos produtores.

O mecanismo de defesa, que de certa forma contribuiu para o declínio da economia cafeeira no Brasil, foi efetivo até o início da crise. Nesse momento, basicamente, ocorre, de acordo com Tavares (1972, pag. 32), “a ruptura do funcionamento do modelo primário-exportador”. A queda abrupta da receita das exportações teve como resultado uma redução de aproximadamente 50% na capacidade para importar (TAVARES, 1972, pág. 63), nível esse que não retornou aos anteriores à crise quando da recuperação da economia.

¹. O Convênio de Taubaté foi celebrado em 1906 e defendia uma política de valorização do café que consistia na intervenção do Governo no mercado a fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e demanda do café. A compra do café excedente seria feita através de empréstimos estrangeiros e o serviço desses empréstimos seria coberto por um novo imposto cobrado em ouro pela saca exportada. Ademais, com o intuito de evitar problemas futuros, os governos estaduais deveriam desestimular novas plantações.

Com isso, os governos da maioria dos países latino-americanos, incluindo o do Brasil, adotaram mecanismos de defesa do setor interno contra os efeitos da crise e dessa forma, esses países não sofreram tanto com a crise do que os desenvolvidos. Essas medidas consistiram basicamente na defesa do mercado interno através do controle das importações, elevação da taxa de câmbio e compra ou financiamento dos estoques excedentes.

Foi a partir desse momento que a industrialização teve a sua base inicial para poder se sustentar nos pilares do mercado interno, pois reduziu-se a capacidade para importar da economia, capacidade essa que se recuperou rapidamente ao final da crise, porém, não retornando à inicial. Sendo assim, o setor externo não deixou de ser importante no Brasil, contudo, acabou por ter suas funções alteradas através do processo. O setor externo passou de principal agente na formação da renda nacional para o responsável pela diversificação da estrutura produtiva interna através da importação de produtos e equipamentos intermediários.

Para Tavares (1972), a perda de dinamismo do setor externo devido às condições da crise e posteriormente da guerra foi a principal responsável pelo início do processo de substituição de importações seguido do mecanismo de defesa do governo brasileiro em razão da manutenção da renda interna do país, o que serviu para sustentar o nível de demanda dentro do país tornando o processo aqui bem diferente dos outros países da América Latina.

À medida que persistia a restrição externa da economia, a sustentação do nível de demanda interna pode encontrar uma reação positiva na própria capacidade produtiva existente e em parte pouco utilizada.

O fator mais importante na primeira fase da expansão da produção deve ter sido o aproveitamento mais intenso da capacidade já instalada no país. Esse aproveitamento possibilitava uma maior rentabilidade para o capital aplicado, criando os fundos necessários, dentro da própria indústria, para a sua expansão subsequente. Outro fator importante foi a possibilidade de adquirir do exterior a preços muito baixos equipamentos de segunda mão, oriundos de países atingidos pela crise. (FURTADO, 2007, pág. 278 e 279)

Desse modo, persistindo a restrição por um período longo e defendido o nível de renda do setor exportador, permaneceu o estímulo à diversificação da atividade interna de substituição de importações capaz de compor uma nova pauta de produção interna.

Esse estímulo levou a uma expansão da procura por bens de capital, levando em consideração a elevação dos preços de importação desses bens, consequência da depreciação cambial, propiciando a instalação de indústrias de bens de capital no país, pondo em xeque a dificuldade da instalação desse tipo de indústria em economias dependentes, pois essa instalação ocorreu no Brasil justamente numa época em que era praticamente impossível a importação desses bens.

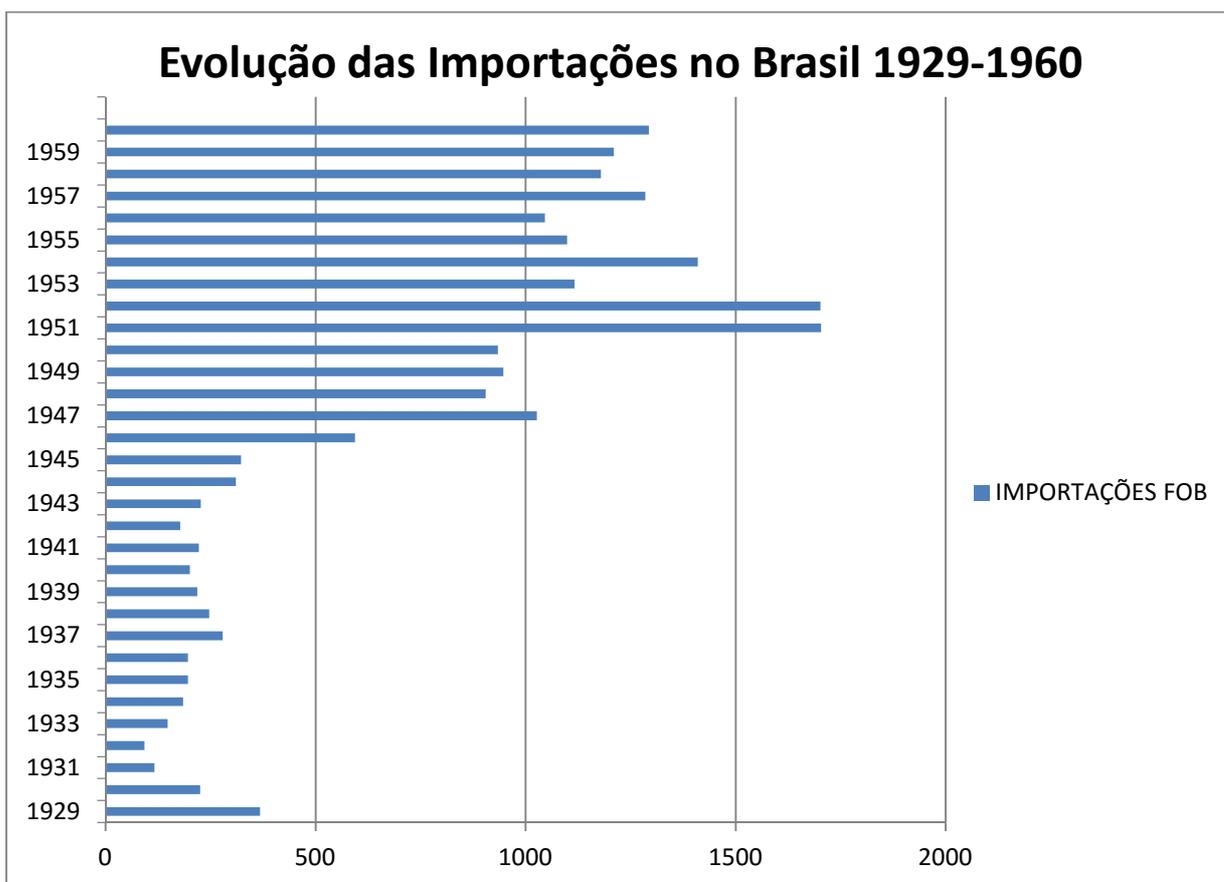


Figura 1: Evolução das Importações

Fonte: IBGE (D) (2014)

No gráfico acima, pode-se perceber o comportamento das importações durante o auge do processo de substituição de importações. Nota-se que as importações de produtos caíram durante a crise de 1929 e só se recuperaram em 1935, mesmo assim a um nível bem mais baixo do que quando a crise se iniciou. Entre 1946 e 1947, as importações dão um salto de quase 50% devido ao fim da Segunda Guerra Mundial, fato este que possibilitou o aumento das importações de bens de capital como consequência da liberação por parte do governo brasileiro das importações no pós-guerra.

Importante salientar que durante o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a oferta de bens para importação ficou restrita devido às condições da própria guerra. Com isso, criou-se uma demanda reprimida por bens de importação, já que estes não podiam ser comprados em sua totalidade. Sendo assim, após a Guerra, o governo liberou as importações e o câmbio permaneceu fixo e por isso se pode perceber o crescimento delas em 1946 e 1947.

De acordo com Furtado (2007), a produção de bens de capital no Brasil pouco sofreu com a crise, se recuperando já em 1931, sendo que no ápice da crise, em 1932, a produção desses bens havia crescido aproximadamente 60% em relação a 1929. Nessa mesma época, a importação de bens de capital havia sido reduzida em mais de setenta e cinco por cento, se comparado ao período anterior à crise.

Para Furtado (2007), o nível de renda nacional se recuperou e continuou crescendo, mesmo diante dos cortes de importação de bens de capital. Isso mostra que a economia não só encontrou estímulo dentro dela mesma para continuar crescendo como também arranhou mecanismos para anular os efeitos externos nocivos, de modo que conseguiu produzir parte dos bens necessários para a manutenção e a expansão da sua produção.

De acordo com Tavares (1972), no período que sucede à depressão, como resultado da política econômica do governo que consistia na defesa contra a restrição externa, a atividade interna foi capaz de se recuperar rapidamente. A produção foi viável, em parte, graças ao aproveitamento mais intenso da capacidade instalada que permitiu substituir uma série de bens de consumo leves que antes eram importados, assim como aconteceu a ampliação da produção de alimentos, materiais de construção e de alguns equipamentos agrícolas cujas importações caíram bastante.

Segundo a autora, a política de defesa do governo, cujo propósito foi resguardar o mercado interno frente à restrição externa, teve duas linhas de ação, consistindo a primeira linha de defesa na política do comércio exterior com ênfase no mercado cambial, através de controles de quantidades de produtos importados e também taxas de câmbio múltiplas, dando tratamento diferenciado às importações de produtos essenciais e aos bens de capital. Utilizava-se também o chamado lucro de câmbio como instrumento de obtenção de receitas para o financiamento de certas operações do governo federal. Já a segunda linha de defesa baseou-se no avanço dos investimentos realizados em Volta Redonda (CSN), cujo objetivo central era a eliminação de pontos de estrangulamento no setor de infraestrutura e a realização de mais investimentos em outras áreas através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e também na principal empresa estatal brasileira, a Petrobrás.

Na visão de Serra (1984), uma das características mais marcantes do processo de desenvolvimento do país consiste na presença maciça do governo na economia, como ator no impulso à industrialização. Esta função foi exercida não só através de política monetária e fiscal e no controle do mercado de trabalho ou na sua função de provedor de bens públicos, mas também pela sustentação financeira e definição e articulação de blocos de investimentos que causaram as principais mudanças estruturais na economia no período após a Segunda Guerra Mundial e pela criação de uma infraestrutura e da produção interna direta de produtos intermediários essenciais ao processo de industrialização pesada. Segundo ele, isso pode ser explicado devido a quatro situações distintas.

Primeiro, os países que entraram tardiamente na era da industrialização já encontraram as bases técnicas e financeiras das atividades manufatureiras relativamente complexas, implicando grandes dimensões de plantas e exigências tecnológicas.

Segundo, esses países não possuíam mecanismo de centralização financeira privada capaz de sustentar o nível de atividade industrial acima mencionado, contando ainda com um grande volume de recursos a serem mobilizados num estágio ainda prematuro do desenvolvimento industrial.

Terceiro, os grandes projetos industriais possuem uma relação quase forçosa de interdependência, o que obrigava, de certo modo, sua implementação simultânea e conjunta, sob o risco de torná-los inviáveis devido a problemas de balanço de pagamentos e de capacidade ociosa, somando-se a isto as necessidades de infraestrutura e de fornecimento de matérias-primas básicas.

Quarto, o crescimento em direção às etapas superiores de industrialização foi rápido e simultâneo ao processo de internacionalização do capital que aconteceu após a reconstrução da Europa. Sendo assim, o processo tinha que ser mais amplo e complexo, de modo que incluíria a negociação e a administração das empresas estrangeiras nos grandes blocos de investimento, estabelecendo uma divisão de tarefas entre elas, o capital nacional privado e o capital estatal.

4B

Para Tavares (1972), o processo de desenvolvimento voltado para substituir importações ocorreu em três fases.

Na primeira fase, de 1945 a 1947, ocorreu um alívio no setor exportador com o nível da capacidade para importar voltando aos níveis pré-crise, de modo que o crescimento econômico nesse período foi menos direcionado para a substituição de importações do que para a expansão do setor exportador, ao passo que as exportações, em 1946, chegaram com participação nacional similar à de antes da guerra.

Essa melhoria se deu até 1954, porém, não foi suficiente para restabelecer a renda per capita de 1929. Após a liberação das importações com o fim da guerra, as reservas acumuladas durante o período foram liquidadas e em 1948 começaram a aparecer os primeiros déficits no balanço de pagamentos, o que fez com que o país entrasse em regime de controle cambial.

Esse controle cambial consistia na manutenção da taxa de câmbio vigente, porém com controle quantitativo das importações dos bens de consumo não essenciais ao passo que mantinha baratas as importações de bens essenciais. O resultado desse controle foi o estímulo à implantação no mercado interno de indústrias capazes de substituir a importação desses produtos, sobretudo os duráveis, que ainda não eram produzidos internamente e contaram com uma proteção cambial dupla do lado da reserva de mercado e dos custos de operação, originando as fábricas de eletrodomésticos e de outros bens de consumo duráveis.

Na segunda fase, à expansão das importações, juntou-se a Guerra da Coreia, resultando em um agravamento do desequilíbrio do balanço de pagamentos e no acúmulo de atrasados comerciais. Para sanar essa situação, surgiu em 1953 uma reforma cambial que trocou o controle direto das importações pelo sistema de leilão de divisas em que se classificavam as importações de acordo com o seu grau de essencialidade e possibilidade de produção no mercado interno.

Segundo Trevisan (2004), as taxas de câmbio foram divididas em dois grupos, as de exportação e as de importação, classificadas e aplicadas de acordo com a essencialidade dos bens. As taxas de câmbio de exportação foram divididas em: taxa oficial, taxa flutuante e taxa de mercado livre. A taxa oficial servia para 85% das exportações (café, cacau e algodão); já as taxas flutuantes eram três e eram aplicadas às demais exportações; as taxas de mercado livre (especiais) eram destinadas às operações financeiras. Já as taxas de câmbio de importação foram divididas em: taxa oficial, destinada a cobrir as importações essenciais e seus serviços, remessas financeiras do governo, rendimento de capital internacional, entre outros; já as taxas de mercado livre foram destinadas às demais importações e remessas.

Esse sistema que permitiu a elevação da taxa cambial média efetiva não só foi responsável por comprimir o coeficiente de importações ao nível da capacidade para importar daquele ano como também tornou mais atraente a produção interna de uma série de produtos industriais básicos e matérias-primas cujo valor de importação em moeda nacional passou a subir constantemente por ficar sujeito a pagamentos crescentes de ágios cambiais.

Em 1954, de acordo com a abordagem metodológica de Tavares (1972), considera-se terminada a segunda fase do desenvolvimento interno do país em que houve uma coincidência entre uma expansão industrial desordenada e acelerada e a melhoria do poder das exportações nacionais. Porém, neste ano, o Governo brasileiro fez grandes investimentos na indústria do petróleo, o que trouxe resultados expressivos na fase seguinte.

Os anos de 1955 e 1956 foram de transição econômica e política, contando com uma taxa de crescimento negativa do produto per capita.

Entre 1956 e 1961 está a terceira fase do desenvolvimento. Houve, nesse período, um aumento da participação governamental tanto direta quanto indiretamente nos investimentos, que tiveram como base a entrada de capitais estrangeiros, estimulados pelo tratamento diferenciado dado pela Instrução nº. 113 da SUMOC² para financiar boa parte dos investimentos em alguns setores da economia. Com essa intervenção do Governo, a expansão industrial brasileira no período se tornou mais racional. Os capitais estrangeiros foram em parte autônomos, direcionados para projetos específicos e foram os maiores responsáveis por cobrir os déficits no balanço de pagamentos.

Desse modo, houve a instalação de indústrias automobilísticas, de construção naval, material elétrico pesado e outras indústrias mecânicas de bens de capital. Houve, também, a expansão de várias indústrias básicas como a siderúrgica, a de petróleo, metalúrgica dos não ferrosos, papel e celulose, química e assim por diante. Tudo isso foi resultado de uma série de incentivos aos bens de capital, subsídios cambiais e tarifários trazidos pela Lei nº. 3.244 de o ano de 1957³.

A partir daí, aprofundou-se o processo de substituição de importações no país produzindo um ritmo de desenvolvimento mais acelerado do que em outros períodos.

² Instrução nº. 113 da SUMOC: Permissão para importar equipamentos e máquinas sem cobertura cambial sob a forma de investimento direto.

³Lei nº. 3244/1957: Lei da Reforma Tarifária nas Alfândegas – concedia incentivos e isenções a produtos que não eram produzidos nacionalmente.

■

24

É explícito que a tentativa de substituição em uma economia ou em um setor não depende somente da diminuição da pauta de importações. Pode estar ocorrendo a produção interna destinada às substituições das importações sem que se verifique a real queda destas. Para isso é necessário que a expansão do consumo interno seja mais do que proporcionalmente atendida pela produção interna ou então que o coeficiente de importações sobre a oferta esteja diminuindo.

Tomando como base de análise os anos 1930, Tavares (1972) afirma que o nível de importações de 1929 não voltou a ser atingido durante a década subsequente e só em 1948 conseguiu retornar ao nível previamente estabelecido. Na verdade, com o passar dos anos, essa tendência de não recuperação aos níveis de 1929 se acentua.

Em 1931, o coeficiente de importações cai mais do que 50% se comparado a 1929. As importações de combustíveis e matérias primas caem aproximadamente 35% e 36% respectivamente, ao passo que os bens de consumo e os bens de capital caem 70% e 80% respectivamente.

25

Considerando os bens de consumo, as importações sofreram grande queda com a crise, sobretudo os duráveis, devido seu comportamento ser mais elástico em relação à quantidade total importada, pois são produtos que compõem a pauta e são fáceis de diminuir. Esses produtos se recuperaram mais rapidamente que os bens de consumo não duráveis, porém não retornaram aos níveis pré-crise. No final da década seguinte as importações de duráveis atingiram níveis muito elevados, sendo ultrapassado apenas pelos combustíveis e representando aproximadamente 50% do total de produtos importados (TAVARES, 1972).

Já os bens de consumo não duráveis tiveram comportamento diverso. Eles se mantiveram 50% em média abaixo do nível de 1929 durante toda a década de 1930 e em 1948 já haviam retornado aos níveis anteriores à crise. Ocorreu aí, então, um processo de

substituição de importações pela produção interna, que foi notável para alimentos de origem animal, bebidas e algumas manufaturas simples.

O processo de substituição de importações não se apresenta aparentemente como um todo para o grupo de bens de consumo duráveis. Na verdade, o contrário ocorreu quando houve um aumento da participação relativa desse grupo no total das importações. Isso possivelmente se deve mais à aparição de novos produtos no mercado global e menos à inexistência da substituição de importações. Sendo assim, observando a amostra selecionada que pertence ao ano de 1955, percebe-se que a maioria dos produtos importados é constituída por aparelhos eletrodomésticos que ainda não eram produzidos na década de 1930.

Outro fator, segundo Tavares (1972), que contribuiu para o aumento das importações de duráveis foi a euforia cambial vivenciada na época, resultado de divisas acumuladas compulsoriamente durante o período de guerra e da demanda acumulada durante esse período. Porém, mesmo em 1951-1952, que foram o auge das importações desses produtos, a participação relativa continuava abaixo de 1948.

Um grupo importante a ser analisado é o de combustíveis e lubrificantes que se mostrou basicamente rígido face às flutuações do nível geral de importações. O seu quantum caiu relativamente menos que todos os outros componentes da pauta nos anos de crise como também se recuperou rapidamente, sendo que 1948 atinge o dobro de 1938, evidenciando o crescimento econômico após a guerra e a impossibilidade de substituição devido à inexistência de uma indústria petrolífera no país.

Para Tavares (1972), o grupo das matérias-primas e dos produtos intermediários teve recuperação rápida após a guerra e apresentou um nível de crescimento ligeiramente inferior em 1937 com relação a 1929. Este grupo de bens apresentou a substituição em várias faixas estratégicas para o desenvolvimento futuro da economia. Nesse grupo de intermediários, os bens que apresentam substituição são aqueles tidos como partes complementares do processo de produção, ou seja, peças e acessórios necessários à montagem de eletrodomésticos e peças automotivas. Porém, somente em 1959 o processo de integração vertical da produção neste setor mostra-se avançado o suficiente para promover a substituição e proporcionar a diminuição substancial das importações.

Este grupo tem importância fundamental na produção interna, visto que sua importação é fundamental para manter o nível de atividade econômica já existente no país, por isso apresentam comportamento mais rígido em relação às flutuações no nível geral das

importações. Com isso, apresentam flutuações menos visíveis, com exceção de 1954, onde houve expressiva importação de materiais metálicos.

O processo de substituição de importações neste grupo foi tão acentuado que em 1948, enquanto os demais grupos já apresentam níveis superiores aos de 1929, as importações destes produtos eram inferiores a 20%. O processo foi mais visível para os produtos metálicos, pois as matérias-primas não metálicas só apresentam tendência à substituição a partir de 1938, tendo suas importações após a crise reagido de modo mais acentuado do que os combustíveis.

Para Tavares (1972) este comportamento é normal, pois neste grupo compreendem-se os insumos básicos para as indústrias de bens de consumo final não duráveis cujo processo de substituição foi mais perceptível no período de maior estrangulamento do setor externo. Já os bens metálicos, mesmo em época de recuperação da economia, apresentam tendências declinantes, resultado da ampliação da siderurgia no Brasil, cuja implantação se arrasta desde o início do século, muito embora as produções de maior escala só se iniciassem no período da Segunda Guerra Mundial em Volta Redonda/RJ. Verifica-se, pois, o declínio de 50% nas importações destes produtos entre 1929 e 1948.

No grupo de matérias-primas não metálicas houve redução das importações dos seguintes produtos: peles e couros, fibras e fios têxteis, manufaturas de papel (exceto papel para jornal), manufaturas de borracha, vidro plano e cimento.

Sobre os bens de capital, Tavares (1972) diz que o comportamento se apresenta bastante elástico em relação às mudanças do nível geral de importações. Depois do grupo dos bens de consumo duráveis, este foi o grupo que mais sofreu com a crise, tendo sua recuperação semelhante àqueles. Porém, em 1948 embora o nível de importações ultrapassasse o nível geral, não ocorreu a expansão que foi observada nos bens de consumo duráveis. O grupo como um todo não demonstrou um processo de substituição de importações como o que foi observado nos bens intermediários, porém, pode-se afirmar que a substituição esteve presente em algumas faixas. Sendo assim, verifica-se que de 1929 a 1948 houve uma queda da importação de produtos agrícolas e de material ferroviário, que representam a produção interna desses ramos industriais.

Embora os bens de capital apresentem comportamento elástico, o fenômeno tem reflexos importantes sobre a taxa de investimento da economia e pode ser explicado, de certo modo, pois equipamentos novos representam os itens mais facilmente compressíveis da pauta de importações, uma vez que este tipo de importação já se encontra em níveis mais baixos.

É fácil perceber que a estrutura das importações mudou radicalmente entre 1929 e 1948, acompanhando o processo de industrialização. A industrialização do Brasil havia começado no início do século, ainda que quase invisível, e veio tomando força até a Primeira Guerra Mundial, que serviu como trampolim para a industrialização no país. Com o advento da crise de 1929, certas indústrias tradicionais já haviam atingido certo grau de desenvolvimento, ocasionando a mais fácil entrada do processo de substituição de importações de produtos não duráveis devido às condições de dimensão de mercado e de tecnologia de menor intensidade de capital e também à possibilidade de explorar a capacidade produtiva já instalada.

Só que a substituição de importações por esta linha de produtos não era suficiente para comprimir as importações a um nível compatível com uma capacidade para importar tão reduzida, sendo necessário, então, iniciar o processo através das matérias-primas e dos bens intermediários, que representavam em 1930 mais da metade das importações.

Com isso, em 1948 a estrutura da pauta de importações apresentava-se bastante modificada. Os produtos intermediários haviam baixado sua participação de 46% para 35%, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos. A diminuição da participação das matérias-primas na importação permitiu compensar o aumento absoluto e relativo dos combustíveis como também aumentar a participação dos bens de consumo e de capital, essenciais para a continuidade do desenvolvimento industrial.

Em resumo, pode-se concluir que do período após a crise até o fim da Segunda Guerra Mundial foi possível graças aos bens de consumo não duráveis, com base em alguns esforços estratégicos de substituição nas matérias-primas e sobretudo nos materiais de construção.

O aumento da participação na pauta dos bens de consumo não duráveis, decorrente do aparecimento de novos produtos, da demanda contida no período de guerra, e da euforia cambial do pós-guerra, preparou uma nova faixa de substituição para o período seguinte, pela qual seguiria a indústria brasileira durante cerca de uma década. (TAVARES, 1972, pág. 80).

Este processo de substituição de importações, porém, permitiu novas importações de matérias-primas e de bens de capital. O aumento dessas necessidades foi rapidamente posto de lado pela capacidade para importar já limitada e após 1954, declinante, forçando o processo a começar de novo, mas desta vez com ênfase nos bens intermediários e de capital.

De acordo com dados da época, o grupo que mais mostra uma substituição aparente é o de bens de consumo duráveis, cujo quantum cai vertiginosamente no período enquanto os

bens de consumo não duráveis mostram uma substituição, porém bem menor do que o anterior.

Segundo Serra (1984), a industrialização brasileira nos anos 50 foi baseada em três alicerces. De acordo com ele, a presença do Estado, do capital privado nacional e capital privado estrangeiro foi o que de mais importante ocorreu para o seguimento do processo de industrialização, sendo que para ele o Estado teve seu papel de protagonista. O avanço que a indústria brasileira deu em direção aos bens manufaturados pesados de bens de produção e de consumo duráveis foi consequência, em parte, da instalação das empresas transnacionais no setor.



CLASSES E GÊNEROS DE INDÚSTRIA	1 939	1 949	1 959	1 970
INDÚSTRIA GERAL	15 905 155	108 390 946	1 194 784 551	118 427 561
Indústrias extrativas	199 860	927 409	14 478 349	1 912 018
Indústrias de transformação	15 705 295	107 463 537	1 180 306 202	116 515 543
Produtos de minerais não-metálicos	584 196	4 805 751	53 383 277	4 853 764
Metalúrgica	987 573	8 136 982	124 251 558	14 528 696
Mecânica	166 380	1 718 547	33 630 823	6 639 133
Material elétrico e de comunicações	143 505	1 501 530	46 928 571	5 483 135
Material de transporte	463 446	2 476 863	80 097 486	9 551 432
Madeira	440 329	3 634 218	31 203 377	2 662 381
Mobiliário	251 190	1 780 504	21 713 718	2 078 768
Papel e papelão	274 551	2 132 270	35 108 163	2 845 516
Borracha	92 030	1 722 111	29 842 246	1 978 049
Couros e peles e produtos similares	295 911	1 629 925	12 765 393	767 885
Química	909 906	5 565 682	105 770 938	12 691 813
Produtos farmacêuticos	261 463	2 077 438	23 033 463	2 498 160
Perfumaria, sabões e velas	322 721	1 859 222	17 972 852	1 615 395
Produtos de matérias plásticas	—	214 240	7 988 414	1 925 012
Têxtil	3 618 574	20 025 855	148 008 936	10 823 995
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	729 792	4 649 328	40 272 205	3 933 949
Produtos alimentares	4 927 324	34 313 679	284 987 045	23 542 676
Bebidas	408 410	3 397 097	27 950 434	2 195 112
Fumo	279 276	1 474 549	13 167 472	1 115 677
Editorial e gráfica	410 877	3 031 455	26 953 708	2 936 666
Diversas	137 841	1 316 291	15 276 123	1 848 329

Fonte: IBGE (C) (2014)

Na tabela acima pode se ver a evolução da produção da indústria nacional durante os anos do Processo.

As empresas transnacionais tiveram um papel de destaque no processo de industrialização, concentrando-se basicamente na indústria de transformação e sendo responsáveis por aproximadamente 12% do número total das vendas, 50% do valor total das vendas e 43% do estoque de capital.

No ano de 1970, dentre as maiores empresas do setor, as transnacionais dominavam 85% da produção de bens de consumo duráveis e participavam também da produção de bens de capital, representando 57% das vendas, sendo que mesmo nos outros setores, como bens não duráveis e bens intermediários, representavam cerca de 43% e 37% respectivamente.

As empresas transnacionais operavam com escalas de produção, certo grau de oligopolização, complexidade tecnológica e produtividade bem acima da capacidade das empresas nacionais.

3.4

Outro coadjuvante no processo de industrialização brasileira, segundo Tavares (1972), foi o impulso dado pelo Plano de Metas de Juscelino Kubstichek, causando transformações estruturais decisivas para a economia num espaço de tempo razoavelmente curto, transformações estas implantadas basicamente pelo governo. Neste período, houve a instalação de indústrias automobilísticas, construção naval, material elétrico pesado e outras máquinas e equipamentos que permitiram a ampliação do setor de bens de capital. Houve a expansão das indústrias de base como a siderúrgica, a de metais não ferrosos, química pesada, petróleo, papel e celulose.

Coube ao governo a proteção do lado mais frágil do processo de industrialização do Brasil, que era o capital privado nacional, cuja ação defensiva foi a concessão de vários incentivos nas indústrias de bens de capital e nos setores fornecedores das transnacionais, caso típico da indústria de automóveis. O setor privado foi beneficiado pela expansão da demanda por bens de consumo não duráveis, sendo este um subsetor que tinha maior peso relativo na indústria e cuja produção aumentou mais de duas vezes entre os anos de 1949 e 1962.

De acordo com Serra (1984), e ainda sobre o papel do Estado, chama atenção a ampliação da Companhia Siderúrgica Nacional, a CSN, em Volta Redonda – RJ, assim como a criação de mais três companhias produtoras de aço. Ampliou-se também a Petrobrás e o setor de produção de energia elétrica estatal, implantando do início dos anos 1960 a

Eletrobrás, empresa responsável pelas áreas de geração, transmissão de distribuição de energia elétrica no país. De 1949 a 1959, as empresas que possuíam participação do Estado tiveram sua formação bruta de capital fixo aumentada em quatro vezes como proporção do PIB, passando a representar 8,2% da formação total bruta de capital fixo, ante 3,1% no início do período.

“A taxa de investimento do governo aumentou cerca de 15% ao ano entre 1956 e 1962. Os gastos do governo aumentaram de 15,3% para 17% durante o período citado”. (SERRA, 1984).

Com a introdução da Instrução nº. 113 da SUMOC em 1955, segundo Orenstein e Sochaczewski (1992), foi introduzido um sistema de incentivos que englobava quase todos os setores industriais para a importação de produtos sem cobertura cambial e com associação a indústrias brasileiras, excluindo aqueles considerados supérfluos, de modo que como não havia uma política centrada na industrialização de longo prazo a ponto de definir o que era supérfluo, este tornou-se um conceito bastante flexível, resultando no crescimento do movimento de capitais já em 1955.

Neste período, de acordo com Serra (1984), coube às empresas produtoras de bens de consumo duráveis e de capital posição de destaque em relação às taxas de crescimento, sendo que entre os anos de 1955 e 1962, a produção destes bens cresceu 23,9% e 26,4% respectivamente, sendo que no fim da década de 1950 a participação destes bens na produção industrial ainda era pequena. É de se levar em consideração, também, os investimentos na indústria de transformação e nos subsectores de material elétrico, mecânico e de transporte (consumo duráveis), que mais que triplicaram sua participação conjunta no investimento da indústria no agregado, passando de 12% para 38% no período. Não se percebe o mesmo resultado quando se leva em consideração a indústria de bens intermediários, pois esta cresceu menos que as anteriormente citadas, saindo de 26,3% para 31,3%.

O crescimento industrial do Brasil a partir da década de 1930 até os anos 1960 foi de longe o maior e mais complexo, dando início, através do processo de substituição de importações e ao desenvolvimento industrial do país. O impulso dado pelo plano de metas acabou por se esgotar em 1962, onde o país aumentou suas importações à custa do endividamento, mergulhando, nos anos seguintes, até 1967.

A tabela abaixo nos mostra a correlação entre o crescimento do PIB e o crescimento da população, entre os anos de 1934 e 1962.

Tabela – 2: Brasil - População, Produto Interno Bruto de 1934 a 1962.

Ano	População		PIB	
	Residentes	Variação (%)	Em reais de 1999 (R\$ milhões)	Variação (%)
1934	37.349.825	1,4	34.364	9,20
1935	37.876.153	1,4	35.395	3,00
1936	38.432.045	1,5	39.677	12,10
1937	39.021.874	1,5	41.503	4,60
1938	39.650.016	1,6	43.370	4,50
1939	40.320.845	1,7	44.455	2,50
1940	41.038.735	1,8	44.010	(1,00)
1941	41.810.672	1,9	46.166	4,90
1942	42.650.279	2,0	44.920	(2,70)
1943	43.559.486	2,1	48.738	8,50
1944	44.539.734	2,3	52.442	7,60
1945	45.592.012	2,4	54.120	3,20
1946	46.716.901	2,5	60.398	11,60
1947	47.914.604	2,6	61.848	2,40
1948	49.184.989	2,7	67.847	9,70
1949	50.527.615	2,7	73.071	7,70
1950	51.941.767	2,8	78.040	6,80
1951	53.426.485	2,9	81.864	4,90
1952	54.980.590	2,9	87.840	7,30
1953	56.602.714	3,0	91.969	4,70
1954	58.291.319	3,0	99.142	7,80
1955	60.044.720	3,0	107.867	8,80
1956	61.861.108	3,0	110.995	2,90
1957	63.738.568	3,0	119.542	7,70
1958	65.675.093	3,0	132.452	10,80
1959	67.668.599	3,0	145.433	9,80
1960	69.716.943	3,0	159.103	9,40
1961	71.817.925	3,0	172.786	8,60
1962	73.969.307	3,0	184.190	6,60

Fonte: IBGE (E) (2014)

Esta desaceleração, segundo Serra (1984), fez parte do primeiro de três ciclos expansão de que o país iria passar até os anos 1976, onde acaba o terceiro ciclo de crescimento com base na substituição de importações, crescimento este dado através do II PND.



O primeiro ciclo de expansão (1934/1962), para Serra (1984) constitui o período mais importante para a substituição de importações. É durante ele que o país obtém suas maiores

taxas de crescimento do PIB levando em consideração o crescimento da população, conforme tabela abaixo, só perdendo para a época do Milagre Econômico em 1968.

Esta fase de crescimento, descrita em várias páginas anteriormente, sofreu uma desaceleração a partir de 1962, onde ficou visível o despencar do ritmo de crescimento da economia brasileira. Entre os anos de 1962 e 1967, segundo Serra (1984), a taxa média anual de crescimento do Produto Interno Bruto caiu aproximadamente cinquenta por cento acompanhada da queda da produção manufatureira e da baixa no nível de atividade do setor de construção civil.

A diminuição do crescimento ocorreu, em partes, pelo esgotamento dos investimentos realizados em 1956/1957 (Plano de Metas), e pela política de estabilização de natureza contracionista do Plano Trienal, de 1963, que consistia, em resumo, na diminuição da inflação e na retomada do crescimento econômico, fato este que não aconteceu conforme o planejado, o que contribuiu para aprofundar a desaceleração. Outro fator que contribuiu para a desaceleração no período, segundo Serra (1984), foi a seca de 1963, que causou racionamento de energia elétrica no Centro-Sul do Brasil e diminuição do crescimento agrícola.

O crescimento da inflação, de acordo com Serra (1984), foi reflexo do agravamento da situação externa da economia a partir do fim dos anos 1950, o que motivou a adoção do Plano Trienal.

Na análise de Abreu (1992), o Plano Trienal foi elaborado sob a coordenação do então Ministro Extraordinário de Assuntos de Desenvolvimento Econômico Celso Furtado em virtude da aceleração da inflação e da deterioração externa da economia brasileira. O plano do governo João Goulart era caracterizado pelo diagnóstico predominantemente ortodoxo da aceleração inflacionária no Brasil, colocando como causa mais importante o excesso de demanda via gasto do governo.

Numa apresentação mais minuciosa do Plano Trienal, Singer (1977) descreve que o Governo introduziu tal plano com o objetivo de suprir os objetivos e anseios mais básicos da população brasileira. O Plano tinha como objetivo central a promoção do rápido desenvolvimento econômico “compatível com as expectativas de melhoria das condições de vida que o motivaram” (SINGER, 1977).

Sendo assim, na visão de Singer (1977), o Plano reduziria ou até eliminaria por completo a inflação; os frutos colhidos pelo desenvolvimento acelerado seriam repartidos por toda a população, especialmente os trabalhadores rurais, ou seja, não se beneficiariam somente os mais ricos, pois os salários reais deveriam crescer a uma taxa praticamente

idêntica à da produtividade do conjunto da economia; a intervenção maior do governo deveria ser nas áreas prioritárias de um país, como saúde, educação e pesquisa científica e tecnológica; redução das desigualdades regionais dos níveis de vida e a reforma agrária em caráter de urgência.

Os meios necessários para que se conseguisse atingir os objetivos seriam a tentativa de obtenção de empréstimos externos, uma vez que os já contraídos não estavam sendo pagos e uma estruturação e maior planejamento por parte do próprio governo, já que sem isso o plano seria inconcebível na prática.

A taxa média de crescimento do país escolhida foi a de 7% ao ano, pois seria a maior taxa de crescimento obtida pelo estado brasileiro numa etapa anterior, de 1957 a 1961, comparando o crescimento projetado do Brasil ao crescimento no período de diversos países desenvolvidos, como os Estados Unidos, Alemanha Ocidental, França, Itália, Holanda, entre outros.

Desse modo, segundo Singer (1977), a taxa de crescimento *per capita* no período seria modesto, de apenas 3,9%, pois a taxa de crescimento da população brasileira naquela época era de aproximadamente 3,1% ao ano.

Assim, de acordo com o autor, o governo pretendia alcançar estas taxas realizando investimentos, como: melhores equipamentos e condições de trabalho aos trabalhadores, tanto urbanos quanto rurais; ampliar e modernizar o fornecimento de energia elétrica, para levar a produção industrial a todos os cantos do país. Todos estes investimentos tinham custos, e estes custos eram retirados, em parte, do resultado do trabalho do ano anterior, que em vez de destinar ao consumo da população, o governo reinvertia no processo produtivo com o intuito de aumentar sua eficiência.

Outro ponto importante do Plano era o combate à inflação, pois esta se apresentava forte e elevada nos anos que precederam o Plano, com uma média aproximada de 24% nos últimos cinco anos. Sendo assim, era visível que a inflação aumentava progressivamente ao longo dos anos.

Para Singer (1977), nos objetivos do governo, o combate à inflação constituía uma ação de mais alta prioridade e algo que precisava ser tratado com o máximo cuidado e urgência, pois sem estar no controle, ela poderia dificultar ou até interromper dois dos objetivos do plano: a melhor divisão dos frutos do desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais. As populações de menor renda são as que mais sofrem com as

pressões inflacionárias, de modo que não usufruem, ou quase não usufruem do desenvolvimento econômico.

Um dos mecanismos utilizados na defesa contra inflação foi a contenção de gastos do governo, pois, segundo Singer (1977), se o governo mantivesse o mesmo nível de gastos do ano anterior, a inflação praticamente dobraria no ano corrente, levando o país a um estado de hiperinflação. Portanto, o governo teve que conter seus gastos para reduzir a inflação que segundo o Plano, deveria ser a metade do que foi em 1962, o ano anterior. Sendo assim, a inflação em 1963 não deveria ultrapassar a casa dos 25% e em 1964 e 1965, deveria ser ainda menor, atingindo somente 10% no último ano do Plano.

Para os idealizadores do Plano Trienal, de acordo com Singer (1977), a causa da elevação dos preços estava no setor externo e também no setor público, sendo este o principal causador dos desequilíbrios nos últimos dez anos, através dos déficits em suas contas, através da emissão desenfreada de moeda, que gerou um efeito multiplicador na economia, aumentando a quantidade de moeda em circulação e como consequência os meios de pagamento, fazendo, assim, com que a demanda por bens e serviços da população aumentasse. Sendo assim, quando a demanda excedeu em muito a oferta houve então a elevação dos preços, a inflação.

Já sobre o setor externo, a causa do desequilíbrio vinha da capacidade para importar que permaneceu praticamente estável no período, devido à queda dos preços dos produtos exportados e conseqüente redução das divisas e pelas remessas de divisas ao exterior por quem possuía capital estrangeiro aplicado no país, sendo que a demanda por bens importados, em consequência do desenvolvimento, cresceu cada vez mais. Isso constitui, em certo ponto, um paradoxo do processo de substituição de importações, pois ao passo que se substituem importações de bens manufaturados, por exemplo, pois estes já são produzidos internamente e em larga escala, crescem as importações de matérias-primas e bens de capital, necessários à instalação industrial no país.

Para sanar esta situação, o Plano previu um discreto aumento das exportações, por meio de estímulos e subsídios, de modo a tentar recuperar a capacidade para importar, porém, mesmo após este esforço, o estrangulamento externo permaneceu, trazendo problemas sérios ao país.

Para Souza (2010), parte do Plano já teria sido boicotado no início, pois a proposta do então Presidente João Goulart de melhorar a distribuição de renda no país, ampliar o mercado interno e fazer a reforma agrária não agradou aos grupos econômicos de elite do país, que

faziam alianças com o capital estrangeiro. O setor mais dinâmico da indústria na época, o de bens de consumo duráveis, não teria, com essas ações, grandes possibilidades de expansão, pois bens de alto valor agregado necessitariam de consumidores de alta renda.

Sendo assim, apesar de Celso Furtado ser um dos maiores economistas da época ligado à Cepal, o Plano constituiu grande fracasso, sendo abandonado a partir de maio de 1963, em parte pela elaboração em curto espaço de tempo, com base em informações estatísticas imprecisas, falta de experiência e a desconsideração dos possíveis resultados.

De acordo com Tavares (1972), a queda no ritmo de crescimento acompanha o fim da etapa mais importante do processo de substituição de importações, representado, essencialmente, a transição a um novo modelo de desenvolvimento do capitalismo no país, de modo que o processo passa a uma etapa mais avançada, evidenciando a exclusão social, concentração industrial em certas regiões e a menor taxa de produtividade de certos setores na economia.

Já para Furtado (1968), esta estagnação econômica se deveu à perda de dinamismo do processo de industrialização. Furtado destaca a falta de uma infraestrutura capaz de sustentar o processo de transição ao modelo industrial. Faltou também, uma melhor distribuição de renda, renda esta que permaneceu praticamente tão concentrada quanto estava no início da crise de 1929, herança herdada da época do café, o que não permitiu a criação de um mercado integrado socialmente, fazendo com que a faixa de substituição de produtos de valor mais alto fosse cada vez menor, evidenciando problemas de escala de produção.

Serra (1984) explica que apesar da queda no PIB, a indústria continuou crescendo fruto dos investimentos realizados em anos anteriores, o que gerou, a partir de 1960, um excesso de capacidade ociosa na economia brasileira, com destaque para o setor de bens de capital e principalmente na indústria automobilística, que nos primeiros anos da década 1960, chega a aproximadamente cinquenta por cento.

Segundo o autor, o problema desse boom de investimentos para que ele resultasse na desaceleração da economia foi de que estes investimentos foram muito concentrados no tempo, em projetos ou atividades de grande escala facilitando, assim, a descontinuidade, revelando, também, problemas de financiamento.

Esses problemas de financiamento se deveram, em grande parte, à aceleração da inflação, onde os mecanismos atuais foram perdendo seu caráter funcional, tornando cada vez mais dificultosa a elevação ou manutenção do nível de gastos públicos, necessitando, assim,

uma grande reforma tributária, reforma esta que não seria apropriada por causa do cenário político da época.

Já em 1967, segundo Serra (1984), começa um novo ciclo de expansão como consequência do Milagre Econômico (1967-1973), fruto do dinamismo da demanda de bens duráveis, instaurado em abril do ano citado, com o crescimento liderado também pelos bens manufaturados, bens de consumo duráveis e bens de capital, sendo que a produção de bens de capital se acentuou somente após 1970.

Para Camargo (2010), o Milagre só se realizou graças às medidas adotadas durante o PAEG (1964) que foram implementadas pelo governo Castello Branco e que possibilitaram a reestruturação da economia e tornaram possível a expansão econômica.

O PAEG, de acordo com Souza (2010), foi um plano de ação do governo voltado para a contenção da inflação originado pelos déficits públicos, expansão de crédito às empresas e aumento dos salários mais que proporcionalmente ao aumento da produtividade.

Dessa forma, a solução para o problema, segundo Souza (2010), estaria na quebra do ciclo que alimentava a inflação; eliminação das distorções econômicas e sociais, que assim aumentavam a inflação; saneamento dos gastos públicos e de uma definição de política salarial de acordo com a política monetária que estava em vigor na época.

Para os formuladores do Plano a sua aplicação deveria ser gradual e cuidadosa, para que os problemas sociais não colocassem em xeque a credibilidade do plano, pois de acordo com o quadro do país naquela época, seria necessário aguardar a assimilação por parte da população do novo regime de governo para só então aplicar o novo Plano e assim tomar certas medidas impopulares.

Na visão de Souza (2010), os salários eram os vilões da história, pois a elevação dos salários superior à produtividade fazia com que aumentassem os custos fixos, onerando as folhas de pagamentos e como consequência transmitindo todos estes aumentos fossem repassados aos preços finais, inchando os gastos do governo e promovendo a especulação financeira. Havia também as questões de política tributária, fiscal e tarifária, que eram importantes mas possuíam certo caráter secundário.

Como o governo nesta época era autoritário, ele deteve o poder de modificar a estrutura da demanda sem maiores problemas, pois não tinha quem pregasse contra as suas ações. Sendo assim, houve o fim da estabilidade no emprego e veio à luz o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), que dava maior flexibilidade ao mercado de trabalho.

Para Souza (2010), o PAEG era diferente dos demais Planos, pois ele não via somente inflação e gastos do governo como problemas centrais, via também os salários, os desníveis econômicos regionais, a política de investimentos e a correção dos déficits públicos.

Dessa forma, o PAEG não representava um plano de desenvolvimento e sim um plano de ajuste, que de certa forma preparou o terreno para o período seguinte, o do Milagre Econômico, sendo esta afirmativa apenas em parte verdadeira, pois as ações tomadas na acumulação de estoques de capital no PAEG fizeram com que a economia brasileira crescesse menos que na época do Plano de Metas e do Plano Trienal.

Levando pelo lado positivo, segundo Camargo (2010), o PAEG foi benéfico para a realização do Milagre Econômico (1968-1973), pois os incentivos dados durante o plano ao setor privado foram cruciais para a fase de crescimento que se daria a partir de 1968.

Esse crescimento da economia no período, para Serra (1984), está relacionado com a grande abertura estrutural para o exterior, que só foi possível graças ao aumento das exportações, ao grande fluxo de financiamento externo e à existência de capacidade ociosa oriunda do ciclo de crescimento anterior, sendo que as importações aumentaram de 5,4% para 8,6% do PIB e a produção interna de produtos industriais cresceu de 9,2% para 14,2% no período. A disponibilidade de divisas também facilitou o período de crescimento do milagre, acompanhado pela facilidade do endividamento externo e pelo crescimento da liquidez real da economia com base na expansão de crédito ao setor privado.

Vale salientar, de acordo com Serra (1984), que a fonte do milagre se encontra basicamente na retomada do investimento do estado e da construção civil residencial, possível graças às melhoras nas condições de financiamento e pelo fortalecimento do Banco Nacional de Habitação, o que permitiu o estímulo ao setor de não duráveis como consequência do aumento do emprego urbano e também a demanda por bens de produção. O setor de bens de consumo duráveis foi beneficiado pela diminuição dos preços relativos destes bens, graças ao aumento da escala de produção, diminuição dos preços das máquinas e equipamentos e também pela redução de mais de 50% da relação capital-produto. O aumento do investimento proporcionou aumento da demanda por bens de capital e pela demanda de bens intermediários.

O período de crescimento durou de 1967 a 1973, e, já neste ano, começou a apresentar declínio. Já em 1974, foi possível notar, segundo Serra (1984), a diminuição do ritmo de crescimento da economia, que já apresentava sinais de recessão novamente, apresentando problemas do lado da demanda de bens não duráveis e duráveis, fruto da contenção de

salários, quedas nas expectativas de crescimento do produto e emprego, o que de certa forma freou o consumo, terminando aí este ciclo de crescimento. Além da diminuição da taxa de crescimento do PIB, houve uma queda do crescimento industrial, que era 15,8% em 1973 e passou a 4,5% em 1975. O autor destaca um fato curioso: mesmo com a queda na taxa de crescimento da economia, a taxa de investimentos cresceu progressivamente durante este período, superando amplamente do crescimento do PIB e mantendo uma diferença significativa.

Camargo (2010) destaca que o causador da perda de dinamismo neste período foi de ordem internacional, quando a paridade fixa ouro-dólar deixou de funcionar por causa dos déficits comercial e interno dos Estados Unidos, impulsionado pelo aumento dos preços do petróleo e das taxas de juros em 1973, o que afetou principalmente os países subdesenvolvidos. No Brasil, o período foi caracterizado, principalmente, pela aceleração da inflação, resultado dos grandes desequilíbrios entre os diversos setores da economia herdados do ciclo de crescimento anterior.

3.4

Com o General Geisel assumindo a Presidência em 1974, foi instituído um plano de investimentos audacioso, o II PND, que procurava sanar principalmente os desequilíbrios entre os setores da economia, procurando, assim, superar o subdesenvolvimento do país.

Segundo Camargo (2010), o II PND previa o seguinte pacote de investimentos: aumento da produção interna de petróleo; expansão da produção de energia elétrica em Itaipu e construção de usinas nucleares em Angra; aumento da produção de insumos industriais como aço, petroquímicos, metais não ferrosos; Ferrovia do Aço e projetos rodoviários e expansão do setor de mecânica pesada, ampliando assim a produção de máquinas e equipamentos. Esse tipo de investimento tinha como estratégia manter o nível de crescimento da economia em plena crise internacional, de forma a solidificar e legitimar o sistema político da época (ditadura militar) e aproveitar a maturação dos investimentos realizados durante o milagre.

Dessa forma, para Camargo (2010), o plano sofreu um série de problemas para ser implementado, como o crescimento da inflação, deterioração das contas públicas e o fato de ter que lidar com uma crise internacional do petróleo. O II PND surtiu um efeito tímido na

economia brasileira, elevando as taxas de crescimento do produto a 10,3% em 1976, caindo a cerca de 5% nos próximos anos, de forma que foi descontinuado em 1977.

De acordo com Santos, Colistete (2009), apesar de o plano ter dado resultados na diversificação da produção industrial, o endividamento externo em meio à crise internacional para promover o crescimento acelerado da economia foi seu grande erro de planejamento, contribuindo, assim, para sérios problemas que surgiriam posteriormente, ampliados pelo segundo choque do petróleo e pela elevação dos juros em 1979, acarretando sérios desequilíbrios, crise externa e estagnação da economia nas próximas décadas.

Fica evidente aí que com a queda do PIB, da produção industrial, aumento da inflação e o conseqüente mergulho da economia brasileira numa crise econômica sem precedente nos anos subsequentes que há o esgotamento definitivo do Processo de Substituição de Importações iniciado após a Segunda Guerra Mundial.



É evidente que a substituição de importações contribuiu bastante para o processo de industrialização do Brasil, colocando o país no caminho da industrialização e do desenvolvimento.

Assim como teve consequências positivas, o processo de substituição também contribuiu, em parte, negativamente para a economia brasileira, fatos estes que iremos apresentar a seguir.

De acordo com Furtado (1968), é sabido que o sistema econômico em 1930 não era muito diverso do que teria sido há século atrás, sendo que o país ainda se debruçava sobre a exportação de alguns produtos tropicais e o governo se financiava, basicamente de impostos sobre o comércio exterior e sobre as importações. Destaca-se também o fato de que a maioria da população brasileira ainda se encontrava na época nas zonas rurais do país, nas mãos dos poderosos proprietários de terras na época, sendo que aproximadamente apenas 1% por cento da população tinha participação no processo político, que tinham nas mãos não só o poder de voto, mas também o poder de anular uma eleição.

Segundo Furtado (1968), a população brasileira que em 1930 representava cerca de 30 milhões de habitantes, com cerca de 7 milhões vivendo em cidades, nos anos 1960 passou a ser de cerca de 80 milhões com cerca de 35 milhões vivendo na zona urbana. O crescimento da população urbana reflete a maior alfabetização em relação à zona rural, de modo que o centro da administração política, naturalmente, sofreu um deslocamento e passou a ter seu núcleo nas cidades. A política no país também se viu modificada, pois a ruptura da base em que se apoiava o sistema tradicional de poder aconteceu justamente durante o processo de substituição de importações.

A grande concentração de indústrias numa determinada região do país de dimensões continentais, a do estado de São Paulo, possibilitou o enfraquecimento do poder político dos donos de indústrias, visto que estes, em sua maioria, era da produção agrícola e migrou para este setor industrial.

Furtado (1968) destaca também a ascensão da classe média brasileira, formada por trabalhadores do ramo de serviços de salários de médio a alto como os funcionários públicos, os bancários, os trabalhadores de escritório de grandes empresas, entre outros. A classe média constituía a maior parte da administração do Estado, das agências de divulgação de

informações, de opinião pública e de instituições culturais, conseguindo assim, de certa forma o controle de preços do setor agrícola, educação média e superior privada e uma distribuição de renda privilegiada.

A tabela abaixo mostra a distribuição da população e seu crescimento principalmente no Sudeste, muito provavelmente graças à concentração industrial presente no estado de São Paulo. Percebe-se que a população desta região cresceu mais do que as outras regiões do país, reflexo da industrialização concentrada particularmente nesta região.

Tabela – 3: População presente recenseada, urbana e rural, segundo as Grandes Regiões — 1940-1970.

BRASIL E GRANDES REGIÕES	POPULAÇÃO PRESENTE RECENSEADA							
	Urbana				Rural			
	1940	1950	1960	1970	1940	1950	1960	1970
BRASIL	12 880	18 782	31 363	52 084	28 356	33 161	38 767	41 054
	182	691	034	984	133	506	423	053
NORTE	405	580	957	1 626	1 056	1 263	1 604	1 977
	792	867	718	600	628	788	064	260
NORDESTE	3 381	4 744	7 516	11 752	11 052	13 228	14 665	16 358
	173	808	500	977	907	605	380	950
SUDESTE	7 231	10 720	17 460	28 964	11 113	11 827	13 169	10 888
	905	734	897	601	926	760	831	897
SUL	1 590	2 312	4 360	7 303	4 144	5 527	7 392	9 193
	475	985	691	427	830	885	384	066
CENTRO-OESTE	270	423	1 007	2 437	987	1 313	1 935	2 635
	837	497	228	379	842	468	764	880

Fonte: IBGE (B) (2014)

A transformação industrial que o Brasil sofreu, segundo Furtado (1968), foi reflexo de uma série de fatores, sendo que a industrialização foi a causa mais importante para o processo de urbanização do país. Segundo ele, a elevação dos gastos públicos, a concentração de renda provocada pela industrialização e sua conseqüente contrapartida no mercado de serviços somado à rigidez da estrutura agrícola, constituíram forças para o aumento da população urbana.

A diversificação da produção industrial também foi um resultado do processo de substituição de importações, contribuindo para a instalação no país das indústrias de bens de capital, consumo durável e não-durável, bens intermediários, entre outros. A instalação de indústrias de produção pesada como a Petrobrás, a Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda (CSN) e da Vale do Rio Doce, marcaram a presença do Estado brasileiro como agente principal promotor do processo de industrialização, além dos incentivos e outras políticas econômicas de grande importância para o desenvolvimento.

O papel do Estado no processo de substituição de importações foi essencial e sem ele, mesmo que a industrialização ocorresse, enfrentaria sérias barreiras para a sua instalação.

3B

Percebe-se, também, a evolução da taxa de crescimento do PIB no período, que fica acima dos 6% em maior parte dos anos apresentados, conforme tabela abaixo:

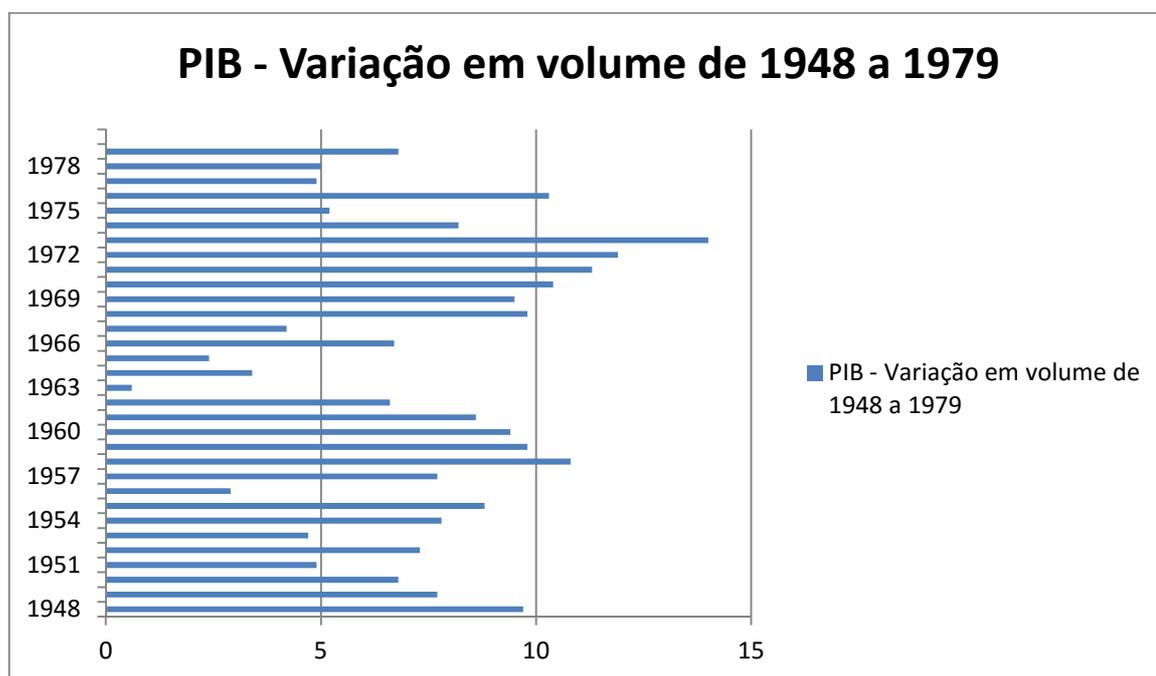


Figura 2: PIB – Variação em volume de 1948 a 1979

Fonte: IBGE (A) (2014)

O gráfico acima nos mostra a taxa de crescimento do produto interno bruto brasileiro durante os principais anos do processo de substituição de importações. Com exceção de alguns poucos anos, a taxa de crescimento do PIB brasileiro se apresentou sempre acima dos 6%. Merece destaque o ano de 1963, onde a taxa de crescimento foi de apenas 0,6%. Isso se deve ao esgotamento do pacote de investimentos realizados pelo Plano de Metas de Juscelino Kubstichek, voltando a crescer acentuadamente somente em 1968, fruto do Milagre Econômico, atingindo seu ápice em 1973, período final do milagre.

Analisando os dados apresentados fica evidente dizer que o processo de substituição de importações foi de grande valia para a economia brasileira, trazendo a industrialização e como consequência o progresso, modificando definitivamente as estruturas social, política e

administrativa do Brasil. Porém, também é sabido que o país não estava de certa forma bem preparado para esse tipo de industrialização massiva a qual recebeu.

Segundo Furtado (1968) a industrialização brasileira ocorreu já numa etapa bem avançada do século, sendo que se concentrou geograficamente em razão da importância das economias externas, das vantagens das economias de escala e em decorrência do progresso tecnológico, de modo que a região de São Paulo representou cerca de 40% da produção industrial do país.

Furtado (1968) destaca também a falta de uma política que ordenasse o processo de industrialização do país, pois não houve uma infraestrutura adequada para a transição de uma economia exportadora de produtos primários para uma de base industrial, o que causou sérias disparidades entre as diversas regiões do país. Isso ocorreu porque faltou uma infraestrutura que facilitasse a circulação de mão de obra e de produtos, fazendo com que a economia ficasse dividida em regiões importantes e não importantes, causando a concentração dos lucros, da produtividade e a elevação dos preços dos produtos industriais.

Outra consequência da falta de uma infraestrutura, segundo Furtado (1968), foram os investimentos concentrados em indústrias produtoras de bens não essenciais, pois como os obstáculos às importações destes produtos eram maiores, a produção deles dentro do país se tornou atrativa.

A tentativa de sobrecapitalizar e sobremecanizar a economia, de acordo com Furtado (1968), foi também bastante prejudicial, pois havia grandes investimentos nesses equipamentos importados e descobriu-se que seria possível a especulação sobre estes investimentos, já que estavam sujeitos às mudanças de política cambial e como estas inversões se dirigiam basicamente ao setor de não essenciais, cresceram as margens de capacidade ociosa nestas indústrias e diminuiu nas indústrias de base e infraestrutura. Sendo assim, houve uma redução da relação produto-capital, diminuindo assim as taxas de lucros das indústrias e propiciando a estagnação econômica via endividamento externo permanente e inflação para evitar a subutilização de fatores.

Para Furtado (1968) os obstáculos à indústria causados pela dimensão limitada do mercado e pela falta de meios de investimentos adequados, fazem com que os preços dos produtos sejam relativamente altos, o que tende a reduzir a relação produto-capital, reduzindo a margem de lucro das empresas, admitindo que os salários são estáveis. Esta situação se agrava por causa da capacidade ociosa existente na indústria de bens duráveis, impedindo que

a queda nos lucros seja suprida pelo aumento da taxa de poupança para compensar a queda do produto-capital, queda esta que por fim afetará o crescimento econômico.

Para Tavares e Serra (1972), a falta de um pacote adequado de investimentos capaz de manter uma alta taxa de expansão da economia não está relacionada com as limitações da capacidade de produção da economia e sim com problemas do lado da demanda e do financiamento. Segundo os autores, o problema da demanda seria por causa da renda excessivamente concentrada, limitando a diversificação e expansão do consumo dos grupos médios, consumo este que proporcionaria um melhor aproveitamento e ampliação da capacidade industrial instalada. Já o caso do financiamento seria a falta de recursos privados e falta de gastos públicos, além de problemas existentes na própria definição destes projetos, embora contassem com um potencial produtivo que não estava sendo utilizado em sua totalidade.

Sendo assim, nota-se que a substituição de importações no Brasil teve tanto aspectos positivos quanto negativos, constituindo um marco para o desenvolvimento e a industrialização do nosso país. Porém, Maria da Conceição Tavares em seu livro *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*, de 1985, põe fim à teoria anteriormente apresentada de que o processo de substituição de importações com base na restrição externa foi o carro chefe da industrialização no país, o que será explicado a seguir.



Em seu livro intitulado “Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro”, de 1972, Maria da Conceição da Tavares explica, basicamente, que o processo de substituição de importações teve início devido às restrições externas apresentadas na época, como a Grande Depressão de 1929, as Grandes Guerras Mundiais e etc, conforme foi dito nos capítulos 1 e 2 deste trabalho.

Porém, em 1985, Tavares escreve uma tese intitulada de “Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil”, pondo em xeque a teoria anteriormente apresentada.

Neste seu trabalho, Tavares explica que o que deu origem à industrialização no Brasil foi o processo de acumulação de capital originado na economia cafeeira, surgindo muito antes da crise de 1929 e não em decorrência de uma resposta ao estrangulamento do setor externo, mas sim como resposta ao prolongamento e diversificação do setor exportador cafeeiro.

Para Mello (1982), o processo de industrialização brasileira começa já no ano de 1808, um período primário-exportador, dando uma importância maior ao ano de 1888, onde ocorreu a abolição da escravidão, pois segundo ele foi aí que no Brasil começou-se a utilizar o modo de produção capitalista. Para o autor, o ano de 1930 é relevante, porém muito menos importante que o ano de 1988, pois naquele ano a indústria se tornava uma mera extensão do mercado cafeeiro, sendo a burguesia cafeeira a matriz social da burguesia industrial.

Toda essa ênfase dada à economia cafeeira, segundo Mello (1982), se deve ao fato de que desde meados do século XIX já havia no Brasil traços de uma economia industrial, economia esta que se encontrava em permanente conflito com a economia cafeeira. A economia industrial só conseguiu relevância econômica e política após o ano de 1930, o declínio das exportações de café.

Para Tavares (1985) a economia cafeeira, assim como a industrial, tem seus custos e lucros, supondo que estes custos sejam para pagamento de salários e impostos, basicamente e lucros seriam para consumo e acumulação de capital, supondo também que os salários sejam integralmente consumidos entre alimentos e bens de consumo manufaturados.

Nisso se constitui a Renda Nacional e nos mostra como ela é repartida entre os componentes do consumo, num esquema de distribuição capitalista. Com isso, a demanda por alimentos e bens manufaturados constitui o mercado interno em expansão e disponível para a aplicação do capital financeiro de forma alternativa. Estes investimentos se tornam reais sempre quando os capitais oriundos do mercado do café não encontram oportunidades de investimento no núcleo básico, pois o caráter acumulação do mercado cafeeiro requer tempo de maturação das plantações e expansão da fronteira agrícola.

A autora fala que os investimentos não são fixos, pois a margem de lucro tem que crescer no tempo para que o investimento se torne atrativo, dependendo basicamente da política interna de preços e de crédito. Segundo ela, a indústria brasileira surge e é desenvolvida mediante um mecanismo de transferência de capital-dinheiro, mão de obra e de capacidade para importar, passando pelo processo de acumulação originária e de transformação da manufatura em grande indústria. Esse desenvolvimento da indústria brasileira está ligado ao fato de que acumulação industrial está relativamente comprometida por fatores históricos e endógenos desde o início do processo, se tornando dependente do capital gerado no setor exportador cafeeiro.

Surge, assim, primeiramente, a indústria de bens de consumo assalariado e depois a indústria leve de bens de produção e por último e não menos importante, se constitui a indústria de produção pesada.

A instalação da indústria de bens de consumo assalariado serve de base para a disseminação do capital gerado no café, mantendo o custo de reprodução do trabalho assalariado no complexo cafeeiro, mesmo em fases de crise, quando o poder de compra das exportações cai e a capacidade para importar declina mais que proporcionalmente, impedindo a importação de bens manufaturados e mantendo a taxa de acumulação global, mesmo quando esta declina, ao declinarem os preços internos do café.

Assim se estabelece uma interdependência entre café e indústria, dentro de um padrão de reprodução do capital que corresponde a uma dinâmica intersetorial distinta dos esquemas clássicos de reprodução de dois departamentos, uma vez que tanto as condições de realização dos lucros, como as de ampliação real da capacidade produtiva, passam por dois mercados externos, um, à própria indústria, outro em relação à economia nacional. (TAVARES, 1985, pág. 99).

A dependência do setor industrial em relação à acumulação gerada no café é decisiva para a expansão física, reposição e ampliação de sua produção, através do aumento da capacidade para importar gerada no setor cafeeiro exportador e através, também, da geração de mercado prévio e externo ao setor industrial, criado direta ou indiretamente pelo setor exportador, visto que o setor industrial não é capaz de gerar seu próprio mercado, mesmo que haja aumento dos gastos públicos ou expansão da urbanização, constituindo o que autora chama de industrialização restringida (grifo do autor).

O período que vai de 1929, início da crise, até meados dos anos 1950, é o único, segundo a autora, que constitui efetivamente o processo de substituição de importações, pois mesmo com uma capacidade para importar cada vez menor durante os anos, foi possível, mesmo assim, o crescimento da produção industrial interna.

Neste período, apresentam-se dois fatores contraditórios característicos de uma nova dinâmica de crescimento. O primeiro, é que a expansão industrial comanda a acumulação de capital, onde a demanda efetiva faz parte principalmente do segmento urbano da renda. O segundo, é que as próprias forças produtivas internas e a acumulação urbana são insuficientes para a implantação de uma indústria de base capaz de atender à demanda gerada pela própria acumulação, gerando assim problemas para o desenvolvimento da industrialização.

Desse modo, o que importa basicamente não é o caráter substitutivo da produção, capaz de atender a uma demanda inicial e sim o incremento que esta produção traz, capaz de levar juntos trabalho e parte do capital num movimento endógeno de acumulação.

Assim cresce o trabalho urbano industrial e as margens brutas de lucro dentro das indústrias, sendo que estas margens de lucro dependem do caráter pouco competitivo da produção industrial, fruto de uma elevada proteção contra o mercado externo e dos custos reais de mão de obra direta e monetários.

Segundo Tavares, a instalação da indústria pesada no Brasil não seria possível sem a intervenção maciça do Estado, pois no período que vai de 1933 a 1957, chamado de industrialização restringida, não foi permitido articular o processo de acumulação interna de capital com a entrada de capital estrangeiro novo, pois as filiais de empresas estrangeiras instaladas no país, as transnacionais, não necessitavam destes capitais para seguirem com a produção e ampliarem sua capacidade produtiva, visto que os lucros obtidos já eram suficientes para isso, de modo que nenhuma indústria pesada se implantou no país sem a presença do Estado, tampouco sem a ajuda do capital financeiro internacional.

O declínio do processo de substituição de importações, segundo Tavares e em desacordo com o seu trabalho anteriormente publicado, se deu logo em 1959, e finalizou-se de vez em 1964, com a quebra definitiva do setor de exportação de café com a consequente finalização do processo de transferência do capital acumulado no setor para a indústria brasileira. Ela cita também que este é o ano de ruptura com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Banco Mundial, o que piorou os problemas de financiamento externo. Segue a estes problemas, a construção de Brasília e a Operação Nordeste, que foram as primeiras tentativas de interiorização do processo de produção. O ano de 1959 também representou a primeira diminuição importante do poder de compra dos salários e do aumento da inflação desde o final da Segunda Guerra Mundial.



Neste trabalho, abordamos o Processo de Substituição de Importações, suas causas, mecanismos e consequências para a economia brasileira.

Desse modo, foi fácil perceber a contribuição da economia cafeeira para o crescimento da capacidade para importar e conseqüente industrialização do Brasil. Não se pode deixar de fora os fatos ocorridos durante a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, principalmente, pois foram estes que contribuíram para a formação da estrutura industrial que o país apresentou.

A contribuição dos planos de crescimento/estabilização da economia tiveram grande peso na promoção da industrialização do país, uma vez que contribuíram para o desenvolvimento e crescimento do país.

Um fator importante no processo foi a presença do Estado na economia, principalmente na parte de industrialização pesada e na concessão de incentivos e benefícios para a instalação de empresas transnacionais no país. Com isso, foi possível a instalação de empresas como a Petrobrás, a CSN-Volta Redonda, a Vale do Rio Doce, que ainda estão presentes na economia até os dias atuais.

Sendo assim, houve conseqüências tanto positivas quanto negativas para a economia nacional no período. As positivas foram o crescimento da produção industrial, o crescimento do produto interno bruto na maior parte dos anos do processo, a transformação política ocorrida na época, urbanização entre outros. Os pontos negativos foram a concentração da renda e dos investimentos em uma única região do país, falta de uma infraestrutura adequada e a dimensão limitada do mercado, entre outros.

Outro ponto importante do trabalho foi a nova interpretação de Maria da Conceição Tavares sobre o processo de substituição de importações, onde ela defende, agora, que o que possibilitou a ocorrência do processo foi a acumulação de capital gerada na economia exportadora cafeeira, acumulação esta que não encontrava no setor exportador meios adequados de investimentos e como conseqüência disso tornou possível os investimentos no setor interno industrial.



ABREU, Marcelo de Paiva. Inflação, Estagnação e Ruptura: 1961-1964. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). Rio de Janeiro: Campus, 1992. Pág. 197-211

CAMARGO, José Marangoni. Do “Milagre Econômico” à “Marcha Forçada” (1968-1980). In: PIRES, Marcos Cordeiro (Org.). São Paulo: Saraiva, 2010. Pág. 191-217.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Centro de Documentação e Informação. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3244-14-agosto-1957-322154-normaatuizada-pl.html>. Acesso em 13 maio 2015.

CAPUTO, Ana Cláudia e DE MELO, Hildete Pereira. São Paulo: Revista USP – Estudos Econômicos, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/35981/38698>. Acesso em: 13 maio 2015.

FURTADO, Celso. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FURTADO, Celso. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IBGE (A) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=8. Acesso em 06 nov. 2014

IBGE (B) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&de=32&no=10. Acesso em 06 nov. 2014.

IBGE (C) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=1&no=1&nome=brasil. Acesso em 06 nov. 2014.

IBGE (D) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=1&vcodigo=SCN42&t=importacao->

[bens-servicosbr-valores-correntes](#). Acesso em 06 nov. 2014.

IBGE (E) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: http://serieestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&de=32&no=10. Acesso em 06 nov. 2014.

MELLO, João Manoel Cardoso de. São Paulo: Revista de Economia Política, Vol. III, nº. 1, janeiro-março/1983. Disponível em: <http://bresserpereira.org.br/view.asp?cod=607>. Acesso em 13 maio 2015.

ORENSTEIN, Luiz e SOCHACZEWSKI, Antonio Claudio. Democracia com Desenvolvimento: 1956-1961. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). Rio de Janeiro: Campus, 1992. Pág. 171-196.

SANTOS, Fernando Genta dos e COLISTETE, Renato Perim. FEA-USP, 2009. Disponível em: http://www.fea.usp.br/feaecon//media/livros/file_491. Acesso em 12 nov. 2014.

SERRA, José. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. e COUTINHO, Renata (Org.). São Paulo: Brasiliense, 1984. Pág. 56-121.

SINGER, Paul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. A ditadura militar e o PAEG (1964-1967). In: Marcos Cordeiro Pires (Org.). São Paulo: Saraiva, 2010. Pág. 161-192.

TAVARES, Maria da Conceição. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

TAVARES, Maria da Conceição. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TAVARES, Maria da Conceição e SERRA, José. Além da Estagnação. In: TAVARES, Maria da Conceição (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 1972. Pág. 157-207.

TREVISAN, Ana Lúcia. *A Bula da Mãe de Deus*. UFRGS, 2004. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5473/000426914.pdf?seq> Acesso em 22 março 2015.